Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 5.991, de 2019 (PL nº 7.789, de 2017, na Casa de origem), que "Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão".

## Emenda nº 1 (Corresponde à Emenda nº 12 – Plen)

Dê-se ao inciso II do caput do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 2°
II – contribuir para o descarte de equipamentos e bens de informática da administração pública direta e das autarquias e fundações, de maneira correta e sustentável;
Emenda n° 2 (Corresponde à Emenda n° 14 – Plen)
Exclua-se o inciso V do caput do art. 2º do Projeto.
Emenda n° 3 (Corresponde à Emenda n° 15 – Plen)
Dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação: "Art. 4º É criado o Programa Computadores para Inclusão, que compreende os seguintes instrumentos:
§ 3º Os critérios para a habilitação de instituições como PID e CRC serão definidos em regulamento."
Emenda nº 4 (Corresponde à Emenda nº 9 – Plen)
Dê-se ao § 2° do art. 4° do Projeto a seguinte redação: "Art. 4°



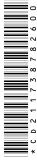
§ 2º Os PID e CRC poderão estabelecer parceria e intercâmbio com escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior e do ensino técnico, com entidades de pesquisa e extensão e com bibliotecas."

## Emenda nº 5 (Corresponde à Emenda nº 16 – Plen)

Inclua-se no art. 4° do Projeto o seguinte § 4°:

	"Art. 4°
	§ 4º Os CRC deverão redirecionar para escolas da rede pública de educação básica uma porcentagem, a ser fixada em regulamento, dos equipamentos de informática recondicionados."
	Emenda nº 6 (Corresponde à Emenda nº 13 – Plen)
termos ref	Dê-se a seguinte redação aos arts. 5°, 6°, 9° e 12 do Projeto, para substituir os erentes a ministérios por "Poder Executivo federal" ou "União", onde couber: "Art. 5° Para o recebimento de equipamentos recondicionados pelos CRC, as instituições deverão estar habilitadas no órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão do Poder Executivo federal."  "Art. 6° Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional informarão ao Poder Executivo federal, mediante oficio ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, eletroeletrônicos, peças-parte ou componentes, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento.  § 3° O Poder Executivo federal, por meio do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão, indicará a instituição receptora dos bens.  § 4° Se não ocorrer manifestação por parte do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão no prazo de 30 (trinta) dias, o

órgão ou entidade que houver prestado a informação a que se refere o **caput** deste artigo poderá proceder ao desfazimento dos materiais."



	g) atender a públicos considerados, pelo Poder Executivo federal, prioritários e estratégicos das ações de inclusão digital;
	"Art. 12. A Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."
	Emenda nº 7 (Corresponde à Emenda nº 6 – Plen)
	Acrescente-se o seguinte inciso IX ao <b>caput</b> do art. 8º do Projeto:  "Art. 8º
	IX – à inclusão social."
	Emenda nº 8 (Corresponde à Emenda nº 3 – Plen)
redação:	Dê-se à alínea "c" do inciso II do caput do art. 9º do Projeto a seguinte
	"Art. 9°
	II –
	c) proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas e outros públicos prioritários das ações do Programa Computadores para Inclusão, buscando parcerias para sua inserção no mundo do trabalho;
	Senado Federal, em 30 de junho de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal

